

PREFÁCIO

A Revista de Estudos Jurídicos do Superior Tribunal de Justiça – REJuriSTJ – foi concebida pela Instrução Normativa STJ/GP Nº 16, de 30 de agosto de 2019, e essa é a sua primeira edição. Esse periódico, cuja gestão, por disposição regimental, está a cargo do Gabinete do Ministro Diretor da Revista, nasce com a pretensão de ser uma ferramenta alternativa, a cargo do Superior Tribunal de Justiça, utilizável no fomento de debates de questões contemporâneas de alta indagação. O seu objetivo principal é tratar de proposições teóricas e acadêmicas que mesmo relacionadas à jurisprudência, não encontram no processo judicial o palco adequado para o seu pleno desenvolvimento.

Nesta Primeira Edição, Sua Excelência a Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet foi convidada a escrever o artigo inaugural. A relevância da judicatura exercida pela magistrada, bem como as conquistas alcançadas por todo o Judiciário, quando a presidência do STF era ocupada por notável Ministra, dispensam maiores considerações. Os votos históricos proferidos no Excelso Pretório, ditados com firmeza e conhecimento, deixaram evidente que a participação da mulher na magistratura, além de necessária ao progresso da sociedade é uma das formas de fazer a Justiça mais igualitária e mais isonômica, construindo uma sociedade melhor e liberta da misoginia e do machismo.

No artigo inaugural, cuja a temática é o acesso à justiça, a douta magistrada discorreu sobre o papel decisivo do Superior Tribunal de Justiça para o progresso do instituto da Arbitragem, como meio de solução alternativa de conflitos no Brasil.

Neste momento de nascimento, um registro precisa ser feito: o destaque da importância de todo o corpo técnico, que torna possível o nascimento desse projeto. São eles: o Conselho Editorial, formado por doze membros de altíssimo conhecimento jurídico e relevante experiência na gestão de revistas científicas, e a Comissão Executiva, equipe formada por servidores do Superior Tribunal de Justiça responsável, consoante regras do edital de chamamento público, pela admissibilidade formal dos artigos, submissão dos aprovados à avaliação às cegas e, por fim, pela editoração da obra.

Manifesto extrema gratidão a todos os membros do Conselho Editorial e da Comissão Executiva. A participação de todos foi de fundamental importância para traçarmos as bases sobre as quais a revista foi estruturada e que são aptas a lhe garantir vida longa.

Realço, ainda, a gentileza, a competência e a presteza da atuação dos Colaboradores. Se os artigos aprovados e publicados estão adequados às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, por certo, grande parte dos méritos podem ser a eles atribuídos.

Por fim, meu especial agradecimento a todos os articulistas que confiaram em nosso trabalho e atenderam ao chamamento público. É fato ser esse um periódico ainda incipiente, mas grande é o empenho do Conselho Editorial, da Comissão Executiva e da própria gestão desse Superior Tribunal em empreender todos os esforços necessários para fazer dele uma das melhores revistas científicas a cargo do Poder Judiciário do Brasil.

Brasília, 19 de agosto de 2020.

Ministro Mauro Campbell Marques